



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638559 - SP (2021/0001165-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA MOSCIARO PADUA - RJ172794
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANK MARIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANK MARIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0012268-40.2020.8.26.0502).

O paciente foi condenado a uma pena de 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo cometimento do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/06, com data base para o cumprimento da pena em 30/10/2019 (prisão em flagrante).

Narra a impetrante que requereu ao Juízo das Execuções a aplicação retroativa da Lei n. 13.964/19 que alterou substancialmente o art. 112 da Lei de Execução Penal, cuja redação prevê a exigência do lapso correspondente a 60% da pena para a progressão de regime tão somente na hipótese de reincidência específica, diversa da hipótese dos autos que versa sobre reincidência genérica, cujo lapso é de 40%.

Relata que o Juízo de primeiro grau indeferiu o pleito sob o argumento de que a progressão mediante o cumprimento de 40% da pena é exclusivamente para sentenciados primários. Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o Tribunal *a quo* ratificou o cálculo de liquidação da pena na fração de 3/5, equivalente ao percentual de 60% para a progressão de regime, em desacordo com a nova redação do art. 112, VII, da Lei de Execução Penal, *novatio legis in melius*.

Ressalta que, embora o paciente seja reincidente, não se trata de reincidência específica em crime hediondo. Destarte, o lapso aplicável para o caso é a fração de 2/5 da pena para a progressão, equivalente a 40%.

Requer, liminarmente, que seja reconhecida a incidência do disposto no art. 112, V, da Lei de Execução Penal, com a redação dada pela Lei n. 13.964/19, determinando a aplicação do lapso de 40% para o cálculo da pena, a fim de conferir ao paciente a progressão de regime, porquanto reincidente simples.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente